



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
Gabinete da Deputada Cibeles Moura

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 2764/2025  
Data: 13/11/2025 - Horário: 14:28  
Legislativo

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2025

*Institui a Política Estadual de Robótica, Letramento Digital e Tecnologia Educacional no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências.*

**CAPÍTULO I — DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - Fica instituída, no âmbito do Estado de Alagoas, a Política Estadual de Robótica, Letramento Digital e Tecnologia Educacional, com o objetivo de integrar Ciência, Tecnologia, Inovação e Metodologias Ativas ao processo de ensino-aprendizagem da Rede Pública Estadual, promovendo o desenvolvimento de competências cognitivas, socioemocionais e digitais em conformidade com os desafios da sociedade contemporânea e do mundo do trabalho.

§1º A Política de que trata o caput constitui iniciativa estruturante da gestão educacional estadual, voltada à consolidação de um modelo de educação tecnológica inclusiva, sustentável e permanente, integrando-se às políticas de formação docente, inclusão digital, inovação e governo eletrônico.

§2º A implementação da Política observará as diretrizes do Plano Estadual de Educação, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4, 8, 9 e 10) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

**Art. 2º** - São objetivos gerais da Política:

- I – Fortalecer a qualidade da educação pública por meio da inovação tecnológica, da robótica e do letramento digital;
- II – Reduzir desigualdades regionais e sociais no acesso às tecnologias educacionais;
- III – Promover a autonomia intelectual e criativa dos estudantes, incentivando o raciocínio lógico, o pensamento computacional e o trabalho colaborativo;
- IV – Fomentar a cultura de experimentação e a aprendizagem baseada em projetos;
- V – Inserir o Estado de Alagoas na economia digital e no ecossistema nacional de inovação educacional;
- VI – Preparar os estudantes para profissões emergentes e para o uso ético, seguro e responsável da tecnologia;
- VII – Desenvolver competências alinhadas à Educação 5.0, integrando aspectos tecnológicos, humanos e ambientais no processo educativo.



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
**Gabinete da Deputada Cibele Moura**

**Art. 3º** A Política instituída por esta Lei será regida pelos seguintes princípios estruturantes:

- I – Universalização do acesso às tecnologias educacionais, independentemente da localização geográfica da unidade escolar;
- II – Inclusão e equidade digital, com ênfase no atendimento a populações em vulnerabilidade e a pessoas com deficiência;
- III – Inovação pedagógica, com valorização de práticas baseadas em metodologias ativas, interdisciplinaridade e cultura maker;
- IV – Integração interinstitucional entre a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), universidades, institutos federais, FAPEAL, setor produtivo e sociedade civil;
- V – Valorização docente e formação continuada, reconhecendo o professor como agente de transformação digital;
- VI – Ética e cidadania digital, estimulando o uso responsável, consciente e crítico das tecnologias;
- VII – Sustentabilidade e inovação verde, com priorização de soluções tecnológicas de baixo impacto ambiental;
- VIII – Transparência e gestão orientada por dados, com uso de plataformas digitais para monitoramento e avaliação de resultados.

**Art. 4º** Para os fins desta Lei, adotam-se as seguintes definições:

- I – Letramento Digital: Capacidade de compreender, avaliar e produzir conteúdos digitais de forma crítica, ética e colaborativa, utilizando tecnologias para resolver problemas e exercer plenamente a cidadania;
- II – Robótica Educacional: Metodologia de ensino que integra princípios da engenharia, da ciência e da computação ao processo de aprendizagem, por meio de atividades práticas, experimentais e criativas;
- III – Pensamento Computacional: Conjunto de competências cognitivas voltadas à resolução sistemática de problemas complexos, com base em abstração, algoritmos e automação;
- IV – Tecnologia Educacional: Qualquer recurso, plataforma, dispositivo ou sistema digital utilizado para ampliar, diversificar e personalizar as estratégias de ensino e aprendizagem;
- V – Cultura Maker: Filosofia educacional centrada na aprendizagem prática, colaborativa e na criação de soluções inovadoras para desafios reais;
- VI – Educação 5.0: Paradigma educacional que combina competências tecnológicas, empatia, sustentabilidade, criatividade e propósito social;
- VII – Ecossistema de Inovação Educacional: Ambiente integrado entre governo, escola, academia e setor privado para o desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas à educação pública.

**Art. 5º** A Política Estadual de Robótica, Letramento Digital e Tecnologia Educacional terá caráter permanente e transversal, sendo implementada de forma articulada com os programas de:

- I – Inclusão digital e governo eletrônico do Estado;





Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
**Gabinete da Deputada Cibele Moura**

---

- II – Alfabetização científica e tecnológica;
- III – Desenvolvimento de competências socioemocionais;
- IV – Empregabilidade e formação profissional para jovens;
- V – Transformação digital dos serviços públicos educacionais, por meio da plataforma Alagoas Inteligente.

**Parágrafo único.** A Política de que trata esta Lei poderá ser expandida, por meio de convênios e parcerias, aos municípios alagoanos, respeitada a autonomia administrativa e pedagógica dos entes federados.

## **CAPÍTULO II — DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E EIXOS ESTRUTURANTES**

### **Seção I — Dos Princípios e Diretrizes Gerais**

**Art. 6º** A Política Estadual de Robótica, Letramento Digital e Tecnologia Educacional reger-se-á pelos seguintes princípios orientadores:

- I – Universalização do acesso à educação tecnológica, garantindo igualdade de condições de aprendizado e infraestrutura em todas as regiões do Estado;
- II – Democratização do conhecimento científico e digital, assegurando oportunidades equitativas para todos os estudantes;
- III – Ética e segurança digital, promovendo o uso consciente, responsável e protetivo das tecnologias;
- IV – Formação integral do indivíduo, mediante o desenvolvimento equilibrado de competências cognitivas, emocionais, sociais e tecnológicas;
- V – Valorização docente, com incentivo à formação continuada e à inovação pedagógica;
- VI – Gestão democrática e colaborativa, com envolvimento das comunidades escolares e das instâncias regionais;
- VII – Fomento à criatividade, ao empreendedorismo e ao pensamento científico como práticas cidadãs;
- VIII – Inclusão e acessibilidade digital, com ênfase no atendimento a pessoas com deficiência ou em situação de vulnerabilidade;
- IX – Sustentabilidade e inovação responsável, priorizando tecnologias de baixo impacto ambiental;
- X – Transparência, avaliação contínua e governança pública orientada por dados e resultados.

**Art. 7º** São diretrizes estratégicas da Política Estadual de Robótica, Letramento Digital e Tecnologia Educacional:

- I – Alinhamento às metas do Plano Estadual de Educação (PEE/AL) e às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- II – Observância das recomendações do Parecer CNE/CEB nº 2/2022, que reconhece a Computação e o Pensamento Computacional como competências estruturantes da Educação Básica;



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
**Gabinete da Deputada Cibele Moura**

- III – Articulação permanente entre a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), a FAPEAL, as universidades públicas e privadas e o Instituto Federal de Alagoas (IFAL);
- IV – Integração transversal das práticas de robótica, programação e cultura maker às diferentes áreas do conhecimento;
- V – Implantação de programas continuados de formação docente, com certificação reconhecida e incentivo à inovação pedagógica;
- VI – Estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento e à extensão universitária em tecnologias educacionais;
- VII – Utilização da plataforma Alagoas Inteligente como ferramenta de gestão, monitoramento e transparência;
- VIII – Fomento à produção de conteúdos digitais educacionais locais, respeitando a identidade cultural e linguística de Alagoas;
- IX – Criação de editais, prêmios e eventos que estimulem a inovação educacional entre docentes e estudantes;
- X – Articulação da Política com as ações estaduais voltadas à juventude, ao emprego, à ciência, à tecnologia e à economia criativa.

**Seção II — Dos Eixos Estruturantes da Política**

**Art. 8º** A execução da Política Estadual de Robótica, Letramento Digital e Tecnologia Educacional será organizada com base nos seguintes Eixos Estruturantes:

I – Eixo de Formação Docente e Gestão Pedagógica, com o objetivo de:

- a) Implementar programas de formação inicial e continuada para professores, coordenadores e técnicos da rede pública estadual, voltados à robótica educacional, pensamento computacional, programação e metodologias inovadoras;
- b) Assegurar certificação profissional reconhecida aos participantes dos programas de formação, em parceria com instituições de ensino superior;
- c) Promover intercâmbios e cooperações técnicas entre escolas estaduais, universidades e centros de inovação;
- d) Instituir Núcleos Regionais de Apoio à Inovação Pedagógica e Tecnológica, vinculados à SEDUC, para suporte técnico-pedagógico às unidades escolares;
- e) Incentivar a criação de Comunidades de Prática e Redes de Colaboração entre docentes para compartilhamento de experiências e boas práticas.

II – Eixo de Infraestrutura Tecnológica e Ambientes de Inovação, com o objetivo de:

- a) Implantar Laboratórios de Robótica, Programação e Cultura Maker nas unidades escolares estaduais, priorizando escolas de tempo integral e regiões de maior vulnerabilidade social;
- b) Disponibilizar kits pedagógicos compostos por sensores, atuadores, microcontroladores e softwares de programação compatíveis com diferentes faixas etárias e níveis de ensino;
- c) Modernizar as escolas com redes de conectividade estáveis e internet de alta velocidade;
- d) Adotar soluções tecnológicas sustentáveis, com uso de energia limpa e racionalização do consumo elétrico;





Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
**Gabinete da Deputada Cibele Moura**

e) Estabelecer plano de manutenção preventiva, atualização e suporte técnico dos equipamentos tecnológicos instalados.

III – Eixo de Inovação Pedagógica e Cultura Digital, com o objetivo de:

- a) Integrar os conteúdos de robótica, pensamento computacional e letramento digital aos componentes curriculares de forma interdisciplinar e contextualizada;
- b) Desenvolver e disponibilizar recursos didáticos digitais, objetos de aprendizagem e materiais interativos adaptados à realidade regional;
- c) Estimular a realização de Feiras de Inovação, Olimpíadas de Robótica e Mostras Científicas no âmbito das escolas estaduais;
- d) Fomentar a criação de Clubes Escolares de Tecnologia e Inovação, sob orientação pedagógica da SEDUC;
- e) Apoiar projetos de iniciação científica e de resolução de problemas locais com aplicação prática de tecnologia;
- f) Estabelecer parcerias com universidades e empresas para desenvolvimento de protótipos, aplicativos e projetos integradores.

IV – Eixo de Inclusão Digital e Acessibilidade Tecnológica, com o objetivo de:

- a) Garantir que todos os recursos, plataformas e conteúdos digitais adotados sejam acessíveis a pessoas com deficiência, em conformidade com as normas técnicas de acessibilidade digital;
- b) Desenvolver programas e materiais pedagógicos específicos para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras condições do neurodesenvolvimento;
- c) Priorizar a instalação de equipamentos e ações de conectividade em escolas situadas em áreas rurais, quilombolas, indígenas e de difícil acesso;
- d) Implementar programas de doação, recuperação e reaproveitamento de equipamentos tecnológicos obsoletos ou inservíveis;
- e) Promover campanhas de conscientização e combate à exclusão digital, envolvendo famílias e comunidades escolares.

**Art. 9º** O Poder Executivo poderá, mediante regulamentação, detalhar metas, prazos e indicadores de execução específicos para cada Eixo Estruturante, observando os princípios da eficiência, transparência e sustentabilidade administrativa.

### **CAPÍTULO III — DA EXECUÇÃO, GOVERNANÇA E FINANCIAMENTO**

#### **Seção I — Da Execução e da Coordenação Geral**

**Art. 10º** A execução da Política Estadual de Robótica, Letramento Digital e Tecnologia Educacional poderá ser coordenada pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), em articulação com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), observadas as competências institucionais de cada órgão.

**§1º** Competirá à SEDUC:

- I – Planejar, coordenar e supervisionar as ações pedagógicas decorrentes desta Política;
- II – Integrar os conteúdos e práticas de tecnologia educacional ao currículo escolar;
- III – Garantir a formação continuada de professores e gestores escolares;



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
**Gabinete da Deputada Cibele Moura**

IV – Implementar mecanismos de avaliação e acompanhamento dos resultados educacionais;

V – Adotar medidas de inclusão digital nas escolas de difícil acesso ou em comunidades vulneráveis.

**§2º** Competirá à SECTI:

I – Apoiar a implantação de infraestrutura tecnológica e laboratórios educacionais;

II – Promover a inovação científica e tecnológica em articulação com universidades, institutos e centros de pesquisa;

III – Incentivar parcerias com startups, empresas de base tecnológica e instituições de fomento;

IV – Integrar as ações desta Política à plataforma Alagoas Inteligente, com base em indicadores de desempenho e dados educacionais.

**Seção II — Do Comitê Gestor Estadual**

**Art. 11º** Fica autorizada a criação do Comitê Gestor Estadual de Robótica, Letramento Digital e Tecnologia Educacional (COGETEC), órgão de caráter consultivo e deliberativo, responsável pela governança, acompanhamento e avaliação das ações previstas nesta Lei.

**§1º** O COGETEC terá a seguinte composição mínima:

I – Dois representantes da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC);

II – Um representante da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI);

III – Um representante da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL);

IV – Um representante do Instituto Federal de Alagoas (IFAL);

V – Um representante da Universidade Federal de Alagoas

VI – Um representante da Universidade Estadual de Alagoas

VII – Um representante dos professores da rede pública estadual;

VIII – Um representante dos estudantes da rede pública estadual;

IX – Um representante da sociedade civil com atuação na área de inovação educacional.

X – Um representante da OAB Seccional Alagoas

**§2º** A presidência do COGETEC será exercida por representante da SEDUC, e a vice-presidência por representante da SECTI, cabendo a ambos definir o regimento interno, prazos e procedimentos de funcionamento.

**§3º** Poderão ser convidados a participar das reuniões do Comitê, sem direito a voto, representantes de entidades públicas e privadas, organizações internacionais, especialistas ou consultores técnicos.

**§4º** Compete ao COGETEC:

I – Elaborar o Plano Estadual de Ação em Robótica e Tecnologia Educacional, com metas e cronogramas plurianuais;

II – Definir indicadores de desempenho, metas e critérios de priorização de investimentos;

III – Monitorar e avaliar a execução da Política, propondo ajustes e melhorias;

IV – Publicar relatórios anuais de resultados e boas práticas;

V – Promover a integração entre os órgãos e entidades envolvidas;





Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
**Gabinete da Deputada Cibele Moura**

VI – Zelar pelo cumprimento dos princípios e diretrizes desta Lei.

**Seção III — Das Metas e do Planejamento Estratégico**

**Art. 12º** O Poder Executivo deverá estabelecer metas quinquenais de implementação, contemplando:

- I – O número de escolas estaduais atendidas por laboratórios de robótica e tecnologia educacional;
- II – A quantidade de professores e técnicos capacitados;
- III – A taxa de expansão do acesso digital nas unidades escolares;
- IV – O percentual de estudantes participantes de feiras, olimpíadas e projetos de inovação;
- V – A criação de novos polos regionais de referência tecnológica.

§1º As metas e indicadores serão revistos a cada cinco anos, mediante relatório técnico apresentado pelo COGETEC à Assembleia Legislativa.

§2º O planejamento deverá priorizar as regiões de maior vulnerabilidade socioeducacional, observando critérios de equidade territorial.

**Seção IV — Do Financiamento e Fomento**

**Art. 13º** As ações decorrentes da execução desta Lei serão financiadas por meio de:

- I – Dotações orçamentárias próprias da SEDUC e da SECTI;
- II – Recursos provenientes do Fundo Estadual de Educação (FEE) e do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNTEC);
- III – Emendas parlamentares, convênios e parcerias com instituições públicas e privadas;
- IV – Programas federais e internacionais de apoio à inovação educacional;
- V – Recursos captados junto à FAPEAL, à Finep, ao CNPq e a organismos multilaterais;
- VI – Doações, patrocínios e incentivos fiscais destinados a projetos de tecnologia educacional.

§1º O Poder Executivo poderá instituir o Programa Estadual de Fomento à Inovação Educacional (PROFIE/AL), com o objetivo de apoiar financeiramente projetos escolares, startups educacionais e iniciativas de professores e estudantes voltadas à inovação pedagógica.

§2º O PROFIE/AL poderá:

- a) Conceder bolsas de incentivo à formação docente e à iniciação científica estudantil;
- b) Financiar projetos escolares de robótica, programação e empreendedorismo tecnológico;
- c) Premiar escolas, docentes e alunos que se destacarem em práticas de inovação educacional;
- d) Apoiar a criação de protótipos, aplicativos e recursos pedagógicos digitais.

**Seção V — Do Monitoramento, Avaliação e Transparência**

**Art. 14º** O acompanhamento das ações e resultados da Política será realizado de forma contínua e pública, mediante sistema eletrônico integrado à plataforma Alagoas Inteligente.



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
**Gabinete da Deputada Cibeles Moura**

---

**§1º** O sistema deverá conter, no mínimo:

- I – Relatórios de execução física e financeira das ações;
- II – Dados sobre o alcance e impacto educacional das iniciativas;
- III – Indicadores de desempenho e avaliação qualitativa dos programas implementados;
- IV – Painel interativo de monitoramento das escolas participantes;
- V – Espaço de acesso público para consulta de metas e resultados.

**§2º** O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, a cada dois anos, relatório circunstanciado contendo:

- I – O desempenho das metas estabelecidas;
- II – As ações executadas e seus respectivos resultados;
- III – As dificuldades encontradas e as recomendações de aprimoramento.

**§3º** O relatório de que trata o §2º deverá ser amplamente divulgado à sociedade, preferencialmente por meio digital, e apresentado em audiência pública na Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa do Estado.

**Seção VI — Das Disposições Finais**

**Art. 15º** - Caberá ao Poder Executivo regulamentar esta Lei, definindo:

- I – A composição final do COGETEC;
- II – As metas iniciais de implementação;
- III – Os critérios de priorização das escolas participantes;
- IV – O cronograma de expansão da Política em âmbito estadual.

**Art. 16º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

  
**Cibeles Moura**  
Deputada Estadual





Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
**Gabinete da Deputada Cibele Moura**

---

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposição tem por finalidade instituir, no âmbito do Estado de Alagoas, a Política Estadual de Robótica, Letramento Digital e Tecnologia Educacional, concebida como uma política pública permanente, transversal e estruturante voltada à modernização do ensino, à inclusão digital e à formação de cidadãos aptos a enfrentar os desafios da sociedade digital e da economia do conhecimento.

O Estado de Alagoas vive um momento de consolidação de políticas voltadas à inovação, tecnologia e transformação digital, materializadas em programas como o Alagoas Inteligente e o Oxetech, os quais já demonstram a capacidade da gestão pública estadual de promover a integração entre tecnologia, formação profissional e serviços públicos. Contudo, ainda persiste um desafio essencial: a incorporação sistemática e curricular das tecnologias educacionais no processo de ensino-aprendizagem, especialmente nas etapas da educação básica.

A revolução digital em curso redefine não apenas o mercado de trabalho, mas também as formas de interação, de produção de conhecimento e de exercício da cidadania. Em face desse novo paradigma, é dever do poder público preparar as novas gerações para uma sociedade cada vez mais tecnológica, dinâmica e interconectada. A robótica educacional, o pensamento computacional e o letramento digital constituem instrumentos pedagógicos capazes de transformar a sala de aula em um ambiente de experimentação, criatividade e protagonismo, aproximando os estudantes da realidade tecnológica que os cerca.

Essa visão encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, em seus artigos 205 e 214, que reconhecem a educação como direito de todos e dever do Estado, devendo promover o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Também se harmoniza com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que estabelece a incorporação de tecnologias contemporâneas aos processos de ensino e aprendizagem, e com o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), que inclui como meta o fortalecimento da inovação e da tecnologia educacional.



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
**Gabinete da Deputada Cibele Moura**

Além disso, a proposta se alinha à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente à Competência Geral nº 5, que determina que os estudantes devem compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares. O Parecer CNE/CEB nº 2/2022, por sua vez, reforça o reconhecimento da Computação como área de conhecimento fundamental, a ser abordada de forma interdisciplinar em todos os níveis da educação básica.

No plano internacional, o Projeto está em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), particularmente com o ODS 4 – Educação de Qualidade, o ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, e o ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura. Ao adotar uma política pública estadual voltada à tecnologia educacional, Alagoas reforça seu compromisso com a construção de uma educação equitativa, inclusiva e promotora do desenvolvimento humano sustentável.

Sob o ponto de vista pedagógico, a robótica e o letramento digital proporcionam uma aprendizagem ativa, baseada em resolução de problemas e em experiências práticas. Estudos mostram que estudantes que participam de projetos de robótica educacional desenvolvem melhor raciocínio lógico, pensamento crítico e habilidades de cooperação, características essenciais para o século XXI. Além disso, a robótica e o pensamento computacional são instrumentos eficazes no combate à evasão escolar, especialmente no ensino médio, por tornarem o processo educativo mais dinâmico e significativo.

No campo da gestão pública, a proposição propõe um modelo de governança colaborativa, ao instituir o Comitê Gestor Estadual de Robótica, Letramento Digital e Tecnologia Educacional (COGETEC), composto por representantes do poder público, do setor acadêmico e da sociedade civil. Essa estrutura garante o planejamento participativo, o monitoramento de resultados e a transparência na execução das ações, fortalecendo a integração entre a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), a FAPEAL, o IFAL, a UNEAL e a UFAL.

O projeto também prevê metas quinquenais, relatórios públicos de desempenho e a integração dos dados à plataforma Alagoas Inteligente, o que assegura controle social,





Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
**Gabinete da Deputada Cibele Moura**

gestão baseada em evidências e políticas orientadas por resultados. Além disso, estabelece a possibilidade de fomento à inovação educacional, com editais, bolsas e prêmios voltados a professores e estudantes que desenvolvam soluções tecnológicas de impacto pedagógico.

Do ponto de vista socioeconômico, a iniciativa tem potencial transformador. O desenvolvimento de competências digitais nos jovens alagoanos amplia sua inserção no mercado de trabalho, estimula o empreendedorismo e fortalece o ecossistema de inovação local. A médio prazo, a política contribui para reduzir desigualdades regionais, atrair investimentos tecnológicos e gerar novas oportunidades no setor produtivo, especialmente nas áreas de tecnologia da informação, automação, design e economia criativa.

Portanto, esta proposição representa um marco para a educação e a inovação em Alagoas, estabelecendo as bases para uma escola pública de vanguarda, conectada às transformações tecnológicas e capaz de formar uma nova geração de cidadãos críticos, criativos e conscientes de seu papel na construção de uma sociedade digital mais justa e sustentável.

Trata-se, em suma, de uma iniciativa juridicamente adequada, tecnicamente consistente e socialmente necessária, que integra educação, ciência, tecnologia e desenvolvimento humano em um mesmo projeto estratégico de Estado.

Diante do exposto, submete-se a presente proposição à apreciação dos nobres pares, na firme convicção de que sua aprovação significará um passo histórico rumo a uma educação pública moderna, inclusiva e transformadora no Estado de Alagoas.

**Cibele Moura**  
Deputada Estadual